



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULA ROBERTA DE OLIVEIRA TERTULINO

**ATIVOS INTANGÍVEIS: Um Estudo de Caso das Empresas Listadas no
Setor Financeiro da BM&FBOVESPA no Período de 2013 a 2015**

CAMPINA GRANDE – PB 2016

PAULA ROBERTA DE OLIVEIRA TERTULINO

**ATIVOS INTANGÍVEIS: Um Estudo de Caso das Empresas Listadas no
Setor Financeiro da BM&FBOVESPA no Período de 2013 a 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

T332a Tertulino, Paula Roberta de Oliveira

Ativos intangíveis [manuscrito] : um estudo de caso das empresas listadas no setor financeiro da BM&FBovespa no período de 2013 A 2015 / Paula Roberta de Oliveira Tertulino. - 2016.

23 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Lúcia Silva Albuquerque de Melo, Departamento de Contabilidade".

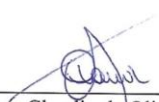
1. Ativo intangível. 2. BM&FBovespa. 3. Instituição financeira. I. Título.

21. ed. CDD 657.3

PAULA ROBERTA DE OLIVEIRA TERTULINO

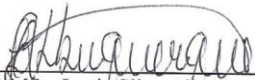
ATIVOS INTANGÍVEIS: Um Estudo de Caso das Empresas Listadas no Setor Financeiro e Outros da BM&FBOVESPA no Período de 2013 a 2015

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.




Prof. Esp. Claudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
(Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso)

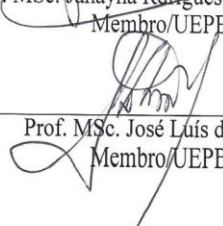
Professores que compuseram a banca:



Prof. MSc. Lucia Silva Albuquerque de Melo
Orientadora/UEPB



Prof. MSc. Janayna Rodrigues de Moraes Luz
Membro/UEPB



Prof. MSc. José Luís de Souza
Membro/UEPB

Campina Grande – PB 03 de Outubro de 2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 Ativos intangíveis	6
2.2 A Inserção do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis Brasileiras.....	8
2.3 Lei 11.638/07 e os Intangíveis	9
2.4 Estudos Relacionados	11
3 METODOLOGIA.....	13
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

RESUMO

TERTULINO, Paula Roberta de Oliveira. ATIVOS INTANGÍVEIS: Um Estudo de Caso das Empresas Listadas no Setor Financeiro da BM&FBOVESPA no Período de 2013 a 2015. 2016. 23. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2016.

A crescente evolução dos mercados e das tecnologias de informação tem moldado um cenário de mudanças drásticas nos regulamentos contábeis. Um fato que marcou a contabilidade no Brasil nos últimos anos foi o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, instituído pela Lei n. 11.638/2007, que trouxe consigo novos padrões a serem seguidos. Este trabalho tem como objetivo verificar se as empresas listadas na BM&FBovespa pertencentes ao Setor Financeiro nos anos de 2013 A 2015 divulgaram as informações sobre ativo intangível nas demonstrações financeiras em conformidade com o que preconiza o CPC 04 (R1). A divulgação de ativos intangíveis foi um deles, tornando-se obrigatória para as companhias de capital aberto. Este estudo teve a pesquisa caracterizada como descritiva, documental e quantitativa, compreendendo uma amostra de 34 empresas financeiras. O método aplicado foi a estatística descritiva e a regressão linear múltipla a partir dos dados coletados do *checklist* elaborado com base nos requisitos de divulgação do CPC 04. Os resultados denotam que o nível de divulgação dos intangíveis por parte das empresas investigadas é baixo. Além disso, o tamanho da empresa é a única variável testada que explica de modo significativo a evidenciação dos ativos intangíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Ativos intangíveis. Índice de divulgação. Instituições financeiras.

1 INTRODUÇÃO

A crescente competição entre as organizações faz com que os produtos e serviços tenham um grau elevado na importância estratégica dos ativos intangíveis. Os ativos tangíveis anteriormente considerados como sinônimos de prosperidade e sucesso na perspectiva empresarial. Porém, a atual conjuntura econômica, caracterizada por elevada concorrência, com o aparecimento constante de novas tecnologias e crescimento da exigência dos clientes, tais ativos estão tendo seu espaço reduzido e abrindo caminhos para os ativos intangíveis, a exemplo, marcas, patentes, goodwill, software de computador, direitos autorais e carteiras de clientes (CRISOSTOMO, 2009; RONCHI, 2010).

As organizações têm na maneira mais frequente e intensa, reconhecido os ativos intangíveis, como fonte de diferencial competitivo, bem como compreensão da relevância de tais ativos para a geração e aumento do valor da empresa (SVEIBY, 1998; STEWART, 1998).

A maior dificuldade dos ativos intangíveis é que eles podem ter um grau de dificuldade maior em sua identificação e seus benefícios econômicos futuros são, frequentemente, considerados mais incertos em relação os ativos tangíveis. Dessa forma,

muitas empresas, pela dificuldade ou falta de entendimento suficiente das exigências legais, optam por não reconhecer seus intangíveis como ativos, criando preocupações com a confiabilidade das demonstrações financeiras que podem ter seu conteúdo informativo diminuído (IUDICIBUS, 2010).

O interesse por estudos relacionados aos ativos intangíveis tem despertado um crescente interesse da comunidade empresarial, visto que as empresas buscam constantemente uma diferenciação e um desempenho maior diante de seus concorrentes.

A pesquisa apresenta à seguinte problemática: **Quais as informações dos Ativos Intangíveis nas Empresas Listadas no Setor Financeiro da BM&FBOVESPA no período de 2013 a 2015?**

Este estudo tem como objetivo verificar se as empresas listadas na BM&FBOVESPA pertencentes ao setor financeiro e outros nos anos de 2013 a 2015 divulgaram as informações sobre ativo intangível nas demonstrações financeiras em conformidade com o que preconiza o CPC 04 (R1). Para o alcance desse objetivo principal devem ser traçados objetivos específicos que correspondam aos aspectos particulares dos fenômenos que se pretendem estudar, quais sejam: i) analisar o grau de evidenciação dos Ativos Intangíveis; ii) observar o atendimento ao CPC 04 no nível de evidenciação dos ativos intangíveis; iii) relacionar o nível de evidenciação com a variável da estrutura organizacional das empresas.

Algumas pesquisas já realizadas sobre divulgação de ativos intangíveis objetivaram: a) analisar o contexto dos ativos intangíveis referente ao capital intelectual (VERGAUWEN; BOLLEN; OIRBANS, 2007); b) verificar o nível de divulgação em outros países e ambientes, como Espanha (MACAGNAN, 2009; MACAGNAN, 2009; CÓRCOLES, 2010; CÓRCOLES, 2013; FUERTES; GARCIA, 2013), Índia (CHANDER; MEHRA, 2011), Itália e Grã-Bretanha (D'ALAURO, 2013), Reino Unido (DEDMAN et al., 2009) e Turquia (UYAR; KILIC; c) investigar no ambiente brasileiro como está a adequação de informações (ANTUNES; LEITE, 2008), o tratamento dos ativos intangíveis (CRISÓSTOMO, 2009) e o nível de divulgação desses ativos (GERPOTT, 2015; THOMAS; HOFFMANN, 2008; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012; FONTANA; MACAGNAN, 2013); d) analisar a divulgação de ativos intangíveis nas contas consolidadas de bancos portugueses e espanhóis (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ DUEÑAS, 2012).

Esses estudos contribuem com as pesquisas sobre divulgação de ativos intangíveis, pois enfatizam a importância das informações contidas nos bens intangíveis da entidade e como essas informações podem afetar a percepção dos usuários sobre os demonstrativos

financeiros. A presente pesquisa delimita o tema a uma lacuna ainda não estudada sobre o assunto, que trata de avaliar o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em instituições financeiras no contexto brasileiro nos anos 2010 a 2012, em que as informações colhidas para a análise se diferem dos estudos anteriormente citados, além da importância de analisar se a evidenciação dos ativos intangíveis das empresas do setor financeiro está em conformidade com as normas International Financial Reporting Standards IFRS.

Na próxima seção é feita uma breve revisão entre os conceitos sobre ativos intangíveis, a Inserção do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis Brasileiras. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na sequência são expostos os dados coletados na pesquisa, bem como os seus respectivos resultados e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativos intangíveis

Considera-se Ativo Intangível, ou incorpóreo, ou invisível, os bens impossibilitados de serem tocados, mas que começaram a ter destaque a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos. São referentes à marca, imagem, posição comercial, entre outros. Podem ter mais valor que os bens tangíveis (ZITTEI; KLOEPPEL; KLANN, 2013).

Arnosti (2003) destaca que os ativos intangíveis são ativos que necessitam de substância. Apresentam como características uma difícil medição, formando uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, sobretudo pela incerteza da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

Hendriksen e Van Breda (1999) dividem os ativos intangíveis em identificáveis, quando podem ser nomeados, e não identificáveis, quando não o podem, a exemplo do goodwill. No que se refere à descrição da natureza e o reconhecimento dos ativos intangíveis, os autores asseguram que ativos intangíveis são definidos, às vezes, como a diferença positiva entre o custo de uma empresa adquirida e a soma de seus ativos tangíveis líquidos.

Não há entre os autores da Teoria da Contabilidade, uma sintonia na caracterização do Ativo Intangível, a complexidade dessa definição é tão grande que até mesmo hoje há dúvidas com relação a sua definição.

Para Martins (1972, p. 53), não existe ligação entre a etimologia da palavra Intangível e a definição dessa categoria de ativos. Consideram-se patentes como Ativos Intangíveis, no entanto, Prêmios de Seguros Antecipados não possuem qualquer caráter de tangibilidade mais relevante que elas, mas, não estão caracterizadas como parte do grupo de intangíveis. Na verdade, investimentos, duplicatas a receber, depósitos bancários, representam todos eles, direitos, mas, mesmo com a falta de existência corpórea, são considerados tangíveis.

Com base nessas definições, é possível concluir que os intangíveis são bens incorpóreos, que tem valor agregado, e que podem ser comercializados por uma organização, a exemplo: capital intelectual, marcas, patentes, softwares, direitos autorais e provenientes de contratos, licenças, base de dados, carteira de clientes, fórmulas e receitas industriais e o conhecimento especializado sobre determinado produto ou serviço, também conhecido pelo termo em inglês know-how. Todos estes elementos, desde que identificados, podem ser contabilizados e comercializados, dessa forma, devem estar devidamente discriminados nos balanços patrimoniais das entidades, principalmente nas entidades que comercializam ações nas bolsas de valores de acordo com a lei 11.638/07.

Antes da atualização da Lei 6.404/1976, pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, não existia a obrigatoriedade de reconhecimento do ativo intangível no balanço patrimonial das empresas brasileiras. Dessa forma, a atualização da referida lei foi um progresso para a contabilidade brasileira no que se refere ao tratamento dos ativos intangíveis.

Tal exigência, criada pela lei 11.638/07, atinge diretamente nas transações das empresas, uma vez que a contabilização destes ativos deve estar presente no valor global da empresa quando esta envolver-se em uma transação de fusão ou aquisição, por exemplo. Portanto, a identificação e valoração destes ativos são essenciais para determinar o valor de uma empresa.

Segundo Guha (2013) a norma internacional IAS 38 aborda os Ativos Intangíveis, no Brasil é apresentado através do CPC 04. Em outros países estudos foram realizados sobre a divulgação dos Ativos Intangíveis, e um deles concluiu de que existe uma necessidade de desenvolver um índice de divulgação, incorporando descrições quantitativas e qualitativas dos Ativos Intangíveis.

De acordo com o CPC 04 (R1), considera-se ativo um recurso controlado pela entidade como resultados obtidos de eventos passados, do qual esperasse que gerem benefícios econômicos futuros para a entidade. Por sua vez, um Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. De acordo com Barbosa et al (2011), para que um ativo assuma característica de Ativo Intangível existe a necessidade que esse recurso

esteja adequado aos três itens estabelecidos no conceito de Ativo Intangível, ou seja, sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios futuros.

Ainda, de acordo com o CPC 04 (R1), um ativo atende ao critério de identificação, quando: (a) for separável, ou em outras palavras, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

O fato de não possuir forma física não poderia ser o suficiente para fazer um ativo intangível deixar de ser reconhecido, mas tão somente, as mesmas regras de reconhecimentos dos demais ativos poderiam ser-lhe aplicadas. Ebrahim (2013) em seu estudo apresenta as licenças de emissão de gases do efeito estufa, que não possuem forma física, mas são mensuráveis como todos os ativos.

O Quadro 1 apresenta exemplos de Ativos Intangíveis utilizados pelas empresas e apresentados pela literatura.

Quadro 1 – Exemplo de Ativos Intangíveis

Goodwill	Representa um agregado de benefícios econômicos futuros, um conjunto de intangíveis não identificáveis no processo de aquisição, para os quais objetivamente não é possível proceder-se a uma contabilização em separado.
Marcas	Símbolo, termo ou nome que identifica um produto ou empreendimento comercialmente.
Patentes	É uma invenção que causa desenvolvimento tecnológico.
Direitos autorais	É o direito concedido ao autor sobre suas criações artísticas.
Direitos contratuais (franquias, licenças e concessões)	É o direito concedido a terceiros, para o uso comercial de produtos e serviços ou exploração de recursos naturais ou públicos.
Software	Sistemas lógicos que processam dados de acordo com instruções programadas.
Pesquisa e desenvolvimento	Gastos efetuados para a geração de novos conhecimentos, produtos ou serviços.

Fonte: Adaptado de Ritta, Ensslin, Ronchi (2010).

2.2 A Inserção do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis Brasileiras

Até 2007, as Normas Brasileiras de Contabilidade eram regidas pela Lei 6.404 de dezembro de 1976, que até 2007, do ponto de vista contábil, não sofreu alterações em termos de ajustes às Leis internacionais (CAZONE, 2013).

Ainda de acordo com Cazon (2013) o grande dinamismo econômico, teve um estreitamento nas relações comerciais e com o acréscimo de novas tecnologias tanto na área de comunicação quanto de informação, os negócios entre empresas de países distintos são

mais comuns, e tal fato induziu o Brasil a repensar suas normas contábeis, principalmente no tocante à contabilização adotada pelas empresas brasileiras, que se viram forçada a entrarem nessa nova forma de apresentação de suas demonstrações contábeis, principalmente para atender às expectativas de investimentos e, também na avaliação de crédito das empresas, agora em âmbito internacional, no tocante à avaliação de negócios.

Dentre as variadas propostas de adequação às normas internacionais, de classificação e apresentação das demonstrações contábeis, uma das alterações que está inovando a Contabilidade brasileira é o tratamento diferenciado dado ao chamado “Ativo Intangível”, que até 2007 no Brasil não tinha espaço nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras, mas que certamente aproxima o nível das empresas ao que se faz no mercado internacional, principalmente quando se introduz a questão de valor justo das contas classificadas nos demonstrativos contábeis das empresas.

É possível verificar a importância dessas adequações às normas internacionais, no que se refere à classificação de valores chamados intangíveis, internacionalmente e para mensurar o atraso com relação à inserção do Brasil a essa metodologia, criada em 1973 o *International Accounting Standards Committee* (IASB) emitiu o pronunciamento IAS nº 38. A IAS 38, que promoveu um grande avanço no tratamento dado à classificação de Ativos Intangíveis e reforçaram a questão do valor justo aplicado às contas já classificadas nas demonstrações contábeis das empresas, apresentando uma série de regras e padrões a serem adotados pelas empresas, principalmente na Europa. O objetivo da IAS 38 é determinar o tratamento contábil de Ativos Intangíveis que foram anteriormente abordados por outras normas. A norma especifica as regras para reconhecimento, mensuração e divulgação de Ativos Intangíveis (IAS 38, parágrafo 1). A IAS 38, promoveu um grande avanço no tratamento dado à classificação de Ativos Intangíveis e reforçaram a questão do valor justo aplicado às contas já classificadas.

2.3 Lei 11.638/07 e os Intangíveis

A Lei 11638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007 que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008 propõe alterar, revogar e introduzir novas disposições à lei das sociedades por ações (Lei nº 6404/76), cujo principal objetivo é o alinhamento das Normas Brasileiras de Contabilidade com as normas internacionais.

Até a criação dessa Lei, diferentemente das normas internacionais, as normas brasileiras não apresentavam nenhum item que tratasse, especificamente dos Ativos

Intangíveis, e também não existia previsão legal de um grupo no balanço patrimonial que identificasse de forma individual esses ativos. Com a convergência para as normas internacionais uma das alterações propostas pela Lei 11.638/07, foi no § 1º do art. 178 da Lei das Sociedades por Ações, onde aparece dentro do grupo do Ativo Permanente a classificação do Ativo Intangível, definido no inciso VI do art. 179 como:

Os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade inclusive o fundo de comércio adquirido.

De acordo com Mantovani e Santos (2013) embora as empresas listadas na bolsa de valores em sua totalidade tenham ativos intangíveis a exemplo do capital humano, capital intelectual, capacidade de inovação, tecnologia, marcas e patente, dentre outros, em alguns processos de fusão, aquisição ou venda de uma empresa os envolvidos não identificam o real valor da entidade. Indagar o valor justo e real de uma empresa envolve entre outras coisas, a correta contabilização de seus ativos tanto tangíveis quanto os intangíveis. A ausência de contabilização dos Ativos Intangíveis por parte das empresas pode ocasionar perda de valor em seus processos de negociações, uma vez que não ocorre uma avaliação econômica do seu patrimônio. Entre estes ativos está o valor da marca que influencia diretamente nestes processos de negociação. A exemplo da Apple, segundo Oda (2013) era a marca mais valiosa do mundo em 2012, com um patrimônio que representava 12 vezes o valor dos seus ativos tangíveis. Este fato se deve, inclusive, devido à sua capacidade de inovação.

Rojo, Sousa e Trento (2012) ressaltam que o constante aumento da competitividade entre as empresas elevou a importância estratégica dos ativos intangíveis como fator de diferenciação.

Os intangíveis representam, ainda, a capacidade de inovação da empresa. De acordo com Figueiredo (2013) empresas de sucesso têm seu êxito em grande parte ligado às vantagens competitivas que suas capacidades inovadoras criam.

De acordo Hoog (2013), os intangíveis, de uma maneira geral, têm a seguinte classificação: de geração externa e de geração interna. As divisões de ambos são semelhantes, porém os de geração externa apresentam um maior grau de dificuldade quanto a sua identificação e os procedimentos de valorimetria. A Lei nº 11.638/07 também traz como obrigação para as companhias a efetuação periódica de análises para verificação do grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

Pode-se concluir que os ativos intangíveis compõem elementos sem propriedade física, mas possuem valor agregado e que podem ser comercializados por uma organização. São identificáveis e mensurados de acordo com as normas estipuladas por legislação e

pronunciamentos técnicos. Fazem parte do Balanço Patrimonial das empresas e como tal devem estar devidamente contabilizados, principalmente para as empresas que comercializam suas ações em bolsa. Representam significativo valor quando apurados para fins de determinação de valor da marca ou empresa, conseqüentemente, podem interferir nas transações comerciais, pois englobam os valores estipulados em operações de fusão e aquisição entre organizações.

2.4 Estudos Relacionados

As pesquisas utilizadas, sobre o tema no Brasil, para composição do presente trabalho foram divulgadas em congressos científicos, tais como Congresso ANPCONT, Congresso de USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade e na biblioteca eletrônica SPELL® *Scientific Periodicals Electronic Library*, que é um repositório de artigos científicos e proporciona acesso gratuito à informação técnico-científica. Foram considerados os estudos publicados durante o período de 2010 a 2016, dentre os artigos pesquisados 6 foram publicados em congressos e 3 em revistas.

Assim, ao longo da pesquisa foi enfocada a relação entre esse tópico que foi central nesse levantamento. Foram utilizados artigos científicos encontrados a partir de busca em bancos de dados virtuais tais como: os principais eventos científicos de contabilidade (Congresso USP, ENANPAD e ANPCONT, bem como Science Direct, Scientific Library onLine (SciELO), Google, Google Acadêmico, além de documentos, artigos e dados publicados no banco de dados da CAPES, ANPCONT. Não foi usado como critério de exclusão de um artigo a sua data de publicação

A pesquisa de Antunes e Leite (2008) verificou a adequação das informações na divulgação de ativos intangíveis na percepção de analistas de corretoras de valores. A pesquisa foi do tipo exploratória, apresentando uma amostra composta por 18 analistas que realizaram análises de investimentos em corretoras de valores nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A análise dos dados foi de forma qualitativa. Os resultados apontam que os analistas consideram ativos intangíveis como itens importantes, julgando que estes possam dar resultados positivos para as empresas. Entretanto, esses analistas não consideram suficientes as informações divulgadas, por não apresentarem de forma sistematizada.

Gerpott, Thomas e Hoffmann (2008) analisaram a qualidade de divulgação de ativos intangíveis em uma amostra internacional de 29 operadoras de rede de telecomunicações. Os dados para a realização do estudo foram coletados dos relatórios anuais das empresas da

amostra, referente aos anos 2003 e 2004. A divulgação de ativos intangíveis encontrada nos relatórios anuais é relativamente baixa, os intangíveis divulgados foram muitas vezes limitados a pequenos trechos de informações qualitativas. Nessa amostra pesquisada, as empresas europeias exibiram níveis de qualidade mais elevados do que as empresas americanas, visto que as medidas de divulgação de ativos intangíveis não foram significativamente relacionadas ao desempenho financeiro desse setor.

A pesquisa de Crisóstomo (2009) teve o objetivo de entender a controvérsia do tema “tratamento de ativos intangíveis” em diferentes mercados e a situação no Brasil. Verificou-se que, no âmbito internacional, há falta de uniformidade, enquanto no Brasil há uma carência de formalização normativa relativamente aos aspectos pesquisados até a Lei n. 11.638/07 e o Pronunciamento Técnico CPC 04.

O estudo elaborado por Dedman et al., (2009) teve como objetivo analisar o impacto da relação entre as práticas do Reino Unido e a mensuração e divulgação dos ativos intangíveis, ao abranger atividades de pesquisa de desenvolvimento. Os resultados obtidos indicaram que a regulação de divulgação e a aplicação de mecanismos referentes aos ativos intangíveis têm evoluído nos últimos anos, bem como essa evolução provavelmente foi afetada por casos de “escândalo”.

Macagnan (2009a) buscou identificar fatores que influenciam o crescimento da evidenciação de informação voluntária de recursos intangíveis, em empresas listadas na Bolsa Espanhola. Por meio da técnica de mínimos quadrados ordinários, os resultados apontaram fatores como tamanho, setor, endividamento, grau de internacionalização, anos de existência e a diferença entre o preço da ação sobre o valor contábil da empresa, para explicar o aumento da evidenciação de informação de recursos intangíveis.

Outra pesquisa de Macagnan (2009b) buscou analisar o alcance das informações publicadas voluntariamente sobre recursos intangíveis no relatório anual de empresas no mercado de capital da Espanha, bem como verificar se há uma possível correlação entre essa divulgação e a rentabilidade efetiva das ações. Os resultados contrariaram a suposição de que a quantidade de divulgação voluntária de informações resulta em maior rentabilidade de ações no ano subsequente.

Córcoles (2010) teve por objetivo entender o nível de interesse com que as empresas espanholas fornecem informações a partir de estudos sobre a divulgação de ativos intangíveis. Concluiu que a divulgação dessas informações é escassa e quando ocorre é realizada por empresas de grande porte, em sua maioria.

O estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) consistiu em apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, referente ao exercício de 2010. Os autores seguiram os critérios de reconhecimento, mensuração e registro de ativos intangíveis, conforme especificado no CPC 04 (R1), além de verificarem se existe relação entre o índice, o tamanho das empresas, o setor econômico em que atuam e a quantidade de anos de constituição das companhias. Os resultados da pesquisa mostraram que a empresa Copel apresentou o maior índice de evidenciação de ativos intangíveis (88%), mas nenhuma das empresas da amostra cumpriu integralmente as determinações do CPC 04 (R1) em termos de evidenciação compulsória. Constatou-se também que existe relação entre os índices de evidenciação e o tamanho das empresas. Sobre o setor de atuação, não há evidências de que empresas de setores sensíveis tendem a apresentar maiores índices de evidenciação.

A pesquisa de Silva, Rodrigues e MuñozDueñas (2012) analisou a divulgação dos ativos intangíveis nas contas consolidadas de sete bancos portugueses e sete bancos espanhóis, no período de 2006 a 2009. Procuraram determinar quais foram os fatores principais para essa divulgação. Os autores elaboraram um índice de divulgação com base nos requisitos da IAS 38, que trata dos ativos intangíveis. A partir disso, realizaram duas análises estatísticas. A primeira foi uma análise univariada de cada uma das variáveis explanatórias. A outra constituiu em uma análise multivariada, contemplando todas as variáveis. Concluíram que a dimensão da instituição bancária e o grau de internacionalização foram as variáveis consideradas mais relevantes para o índice de divulgação.

O presente estudo difere e busca complementar esta linha de pesquisa explorada através de uma pesquisa delimitando um período de tempo não estudado pelos autores acima e um segmento de mercado ainda pouco explorado no que tange os ativos intangíveis.

3 METODOLOGIA

A pesquisa busca descrever as características e estabelecer relações entre fatores como os desempenhos das empresas estão cada vez mais relacionados aos ativos intangíveis, analisando, classificando e interpretando os dados coletados, desta forma classificando-se quanto aos objetivos o estudo trata-se de pesquisa descritiva, a qual descreve as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis e fatos. (GIL, 2008; MARTINS; THEÓPHILO, 2007)

Como premissa, todo estudo estatístico requer a definição de população, que de acordo com Vieira (1999), é o conjunto de elementos sobre o qual desejasse obter informação. A população da pesquisa compreende as companhias abertas listadas na BM&FBovespa, classificadas no setor econômico “Financeiro”, em razão das características singulares de suas atividades, totalizando uma população de 147 empresas. A amostra não probabilística da pesquisa é composta por 73 empresas. Das 147 empresas, 74 foram eliminadas da amostra por não possuírem os dados referentes à evidenciação de ativos intangíveis necessários para a análise. Destas, foram excluídas ainda 39 empresas, pois não evidenciaram ativos intangíveis em suas demonstrações no período analisado de 2013 a 2015. Assim, a amostra final foi composta por 34 empresas.

A fim de atingir o objetivo do estudo foi elaborado um “*checklist*” de acordo com o item 118 a 123 do CPC 04 (R1), que trata da divulgação do ativo intangível. O Quadro 2 apresenta o checklist utilizado na realização da pesquisa.

Quadro 2 – Checklist para verificação da evidenciação dos ativos intangíveis

ITEM	CHECK LIST
01	Os ativos intangíveis separados por classe;
02	A vida útil indefinida ou definida como os prazos de vida útil ou as taxas de amortização e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;
03	O valor contábil bruto no início e no final do período, os ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;
04	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis;
05	O valor contábil da amortização no início e no final do período, os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida, o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada e a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
06	A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: Adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios; Os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo; Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;
07	Aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e as provisões para perdas de ativos, reconhecidos no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Fonte: adaptado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2010).

Para a análise dos dados, os itens do checklist foram julgados de duas formas. Quando a empresa evidenciava o item adequadamente, considerou-se que atendeu ao item. Nos casos em que a empresa não apresentou o item analisado nas demonstrações financeiras ou atendeu o item apenas parcialmente, considerou-se que não atendeu ao item. Definiu-se que, mesmo que não ocorra o item de divulgação, as organizações devem divulgar a não ocorrência. Assim, nos casos em que as entidades não mencionaram as exigências de divulgação dos itens

do CPC 04 (R1), foi avaliado o não cumprimento do item exigido (LIMA 2009; AVELINO, PINHEIRO, LAMOUNIER, 2012; MOURA, 2013).

As variáveis de estrutura organizacional utilizadas para a relação do nível de evidenciação do CPC 04 (R1) são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Variáveis de estrutura organizacional

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Tamanho	Ativo Total
Rentabilidade	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Intangível	Intangível Total

Fonte: Adaptado de Brito, Corrar e Batistella (2007) e Avelino et al. (2012).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo com relação ao nível de evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas listadas no setor Financeiro da BM&FBovespa nos anos de 2013 e 2015, conforme apresentado na metodologia, foram analisados, ao todo, sete itens. A análise compreendeu que para cada item atendido pela organização atribuiu-se o valor 1 e, no caso do não atendimento ou atendimento parcial do item, atribuiu-se nota zero, totalizando assim, o nível de evidenciação da empresa. A estatística descritiva com relação ao nível de evidenciação das empresas nos anos de 2013 a 2015 é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva do nível de evidenciação

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO (%)	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
Quantidade de observações	34	34	34
Média	69,35	68,89	68,35
Mediana	87,31	87,31	87,31
Moda	87,31	87,31	87,31
Desvio-padrão	35,08	37,02	38,88
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme observado na Tabela 1, o nível médio de evidenciação das empresas analisadas apresentou sensível redução de 2013 para 2015. Apoiando com esta diminuição do nível de evidenciação dos ativos intangíveis há o aumento do desvio padrão. Isso indica uma maior dispersão nos índices encontrados, isto é, mais casos se distanciando da média.

A mediana e a moda, de igual forma, demonstram um aspecto positivo em relação ao atendimento do CPC 04 (R1) pelas entidades. A mediana e a moda de 2013, 2014 e 2015 foram 87,31% respectivamente. Entende-se que metade das organizações nos três anos em análise evidenciou mais que 86% do que o CPC 04 (R1) estabelece.

De acordo com a Tabela 2, a maioria das empresas evidenciou, em média, em torno de 71% dos itens exigidos pelo CPC 04 (R1). Torna-se admissível verificar quais foram os itens mais evidenciados, bem como aquelas informações que não foram apresentadas pela maioria das organizações. Os índices de evidenciação por item analisado é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Índice de evidenciação por item

ITENS ANALISADOS	Índice de evidenciação (%)			
	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	MÉDIA
1	80,15	80,15	80,15	80,15
2	79,02	77,89	78,96	78,62
3	84,20	82,99	81,76	82,98
4	10,56	10,56	10,56	10,56
5	79,63	78,15	78,38	78,72
6	78,71	75,34	77,96	77,33
7	76,71	76,71	76,71	76,71

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Constata-se, com base na Tabela 2, que os itens com maior nível de evidenciação dos ativos intangíveis foram, em ordem decrescente, os itens 3, 1, 5, 2, 6 e 7, os quais são evidenciados por 82,98%, 80,15%, 78,72%, 78,62%, 77,33% e 76,71% das empresas respectivamente. Em contraponto, o item com menor índice de evidenciação foi o 4, evidenciado apenas 10,56% nos três anos em estudo que se refere aos valores dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

Ainda, em relação às informações da Tabela 2, houve uma redução nos níveis de evidenciação dos itens 2, 3 e 5. Por outro lado, houve aumento de evidenciação do item 6. Em sua maioria, os itens apresentaram maior nível de evidenciação de ativos intangíveis em 2013 em comparação aos anos 2014 e 2015.

Já Chiarello (2015) conclui que se pode inferir a partir dos resultados é o nível baixo de evidenciação de ativos intangíveis praticado pelas empresas investigada, abaixo de um terço do que é exigido pela normatização. Observou-se ainda que as empresas maiores podem apresentar mais incentivos para uma divulgação mais ampla dos ativos intangíveis, como, por exemplo, atrair possíveis investidores, a fim de reduzir seu custo de capital. Por outro lado, tais empresas também podem ter apresentado níveis mais elevados de divulgação de

intangíveis por conta de maiores exigências normativas, seja por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seja por órgãos reguladores, entre outros.

Além de buscar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis conforme o CPC 04 (R1), essa pesquisa buscou relacionar o nível de evidenciação com variáveis de estrutura organizacional. Assim, a Tabela 3 mostra a análise descritiva das variáveis de estrutura organizacional das empresas do setor Financeiro e Outros.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis de estrutura organizacional

VARIÁVEL	Nº DE EMPRESAS	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
PAINEL A 2013						
TAMANHO	34	4,66	9,37	8,07	7,74	8,46
RENTABILIDADE	34	-3,19	1,03	0,35	0,38	0,57
INTANGÍVEL	34	0	8,6	2.313.649,00	1.205.431,10	3.479.977,50
PAINEL B 2014						
TAMANHO	34	2,055	9,31	8,02	7,72	8,41
RENTABILIDADE	34	-0,28	31,5	0,83	0,37	3,64
INTANGÍVEL	34	0	9,3	1.999.785,45	89.903,46	2.364.449,80
PAINEL B 2015						
TAMANHO	34	2,75	9,42	8,09	7,90	8,50
RENTABILIDADE	34	-0,30	31,65	0,90	0,40	3,70
INTANGÍVEL	34	0	9,3	2.000.035,00	1.323.589,50	1.746.896,32

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O valor do intangível em média das empresas do setor de Financeiros e Outros BM&FBovespa foi de R\$ 2.313.649,00 em 2013, R\$ 1.999.785,45 em 2014 e R\$ 2.000.035,00 em 2015. A rentabilidade das empresas foi de 0,35 (2013), 0,83 (2014) e 0,90 (2015) em média. Sendo possível perceber que empresas maiores podem apresentar mais incentivos para uma divulgação mais ampla dos ativos intangíveis.

Outros estudos que investigaram a evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas na bolsa de valores. Cazon (2013) em sua pesquisa procurou detalhar os valores que as empresas demonstravam em seus relatórios contábeis com relação à mensuração de valores intangíveis, no período de 2007 à 2012. No detalhamento constatou-se que boa parte das empresas que apresentaram intangíveis no ano de 2012 também apresentaram, em proporção menor no ano de 2007, mais precisamente 37,98% delas. Alguns pontos interessantes surgiram com a análise, o primeiro ponto é que em 2007, guardadas as devidas proporções com relação a quantidade de empresas da época na BM&FBOVESPA, só 20,76% das empresas se utilizaram do expediente da Lei para lançar em seus relatórios os valores dos Ativos Intangíveis. Cunha e Nogueira (2015) em seu estudo concluíram através da análise

descritiva dos dados pode-se concluir que em média, o ativo total das empresas é composto entre 7,00% e 24,00% por ativos intangíveis nos setores analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou verificar se as empresas listadas na BM&FBovespa pertencentes ao setor financeiro nos anos de 2013 e 2015 divulgaram as informações sobre ativo intangível nas demonstrações financeiras em conformidade com o que preconiza o CPC 4 (R1). Analisando os sete itens de evidenciação do CPC 04 (R1), constatou-se um nível médio inferior a 69%. No entanto algumas empresas não apresentaram nenhum item. Tal fato demonstra que mesmo com o ICPC 01 regulamentando a contabilização dos contratos de concessões, sendo que o objeto principal deste setor é justamente administrá-los, o setor não tem esta preocupação.

Justamente as informações sobre os contratos é o item menos evidenciado, apenas 10,56% das empresas apresentaram, dificultando assim, a análise destas organizações quanto à continuidade dos negócios.

O primeiro entendimento que se pode inferir a partir dos resultados é o nível baixo de evidenciação de ativos intangíveis praticado pelas empresas investigadas, menor que um terço do que é exigido pela normatização. Depreende-se, dessa forma, que ainda há um caminho longo a ser percorrido pelas organizações do setor analisado na busca de maior qualidade para a divulgação de seus intangíveis.

Por fim, foi possível perceber que empresas maiores podem apresentar mais incentivos para uma divulgação mais ampla dos ativos intangíveis, como, por exemplo, atrair possíveis investidores, a fim de reduzir seu custo de capital. Por outro lado, tais empresas também podem ter apresentado níveis mais elevados de divulgação de intangíveis por conta de maiores exigências normativas, seja por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seja por órgãos reguladores, entre outros.

As informações obtidas ficam restritas à amostra pesquisada, impossibilitando generalizações, uma vez que as empresas inicialmente selecionadas não puderam compor a amostra final, motivos explicitados na seção de população e amostra, prejudicando as generalizações para o setor pesquisado. Além dessas limitações destacadas, a investigação ficou restrita às informações definidas pelo CPC 04, haja vista que pode ser expandido com análise de dados realizadas pelas empresas de forma voluntária.

Recomenda-se, para estudos futuros, que se aborde um período maior para a análise, a fim de se obter uma visão mais ampla dessa prática que ainda é recente no cenário nacional.

Como também investigar outro grupo ou até mesmo todas as empresas listadas na BM&FBovespa, verificando se os argumentos levantados pela literatura se confirmam dentro do contexto das empresas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impact of intangible assets in the Listed Companies in the Financial Sector and Other BM & FBOVESPA in the period 2010 to 2015. The growing market trends and information technology has shaped a scenario of drastic changes in accounting regulations. A fact that marked the accounting in Brazil in recent years has been the convergence with international accounting standards, established by Law n. 11,638 / 2007, which brought new standards to be followed. The disclosure of intangible assets was one of them, making it mandatory for public companies. This study The research is characterized as descriptive, documental and quantitative, comprising a sample of 34 financial companies. The applied method was the descriptive statistics and multiple linear regression on the data collected from the check list prepared based on CPC disclosure requirements 04. The results show that the level of disclosure of intangible assets from the companies investigated is low. In addition, the size of the company is the only tested variable that explains significantly the disclosure of intangible assets.

KEYWORDS:Intangible assets. Disclosure index.Financial Institution.

REFERÊNCIAS

ARNOSTI, José Carlos Melchior. **Capital Intelectual: modelos de mensuração. Estudo de Caso da Implantação do Balanço Intelectual da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. 2003.** 247 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado – UniFECAP, São Paulo, 2003.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, 2012.

BRASIL LEI 6.385/72**LEI SOCIETARIA.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm. Acesso em 20 mar. 2011.

_____**LEI 6.404/76LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES.** Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm . Acesso em 20 mar.2011.

_____**LEI 9.610/98LEI DOS DIREITOS AUTORAIS.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em 20 mar. 2011.

_____**LEI 11.638/07.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Acesso em 20 mar. 2011.

CAZONE. J.N.**Ativo intangível das empresas listadas na bm&fbovespa:comparativo do tratamento no Brasil antes e depois da LEI 11.638/07.** São Caetano do Sul . 2013.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC 1055/05** – Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm acessado em 20/03/2011.

CÓRCOLES, Y. R. Importance of intellectual capital disclosure in Spanish universities. **Intangible Capital**, v. 9, n. 3, p. 931-944, 2013.

_____, Y. R. Divulgación de la información sobre intangibles en organizaciones españolas. **Contabilidad y Negocios**, v. 5, n. 9, p. 57-67, 2010.

CPC – **Comitê de Pronunciamentos Contábeis** - Pronunciamento técnico nº04: Ativos Intangíveis, nº2, 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em 24 mai. 2011.

CRISÓSTOMO, V. L.; **Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidência adotados no Brasil e em outros países. Contabilidade Gestão e Governança** – Brasília v. 12, n. 1 p. 50 – 68, Jan/abr 2009.

CHIARELLO, Tânia Cristina; MARASSI, Rodrigo Barraco; KLANN, Roberto Carlos. **Divulgação de ativos intangíveis: um estudo em organizações do setor financeiro e outros da BM&F Bovespa. RACE**, Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 14, n. 1, p. 197-224, jan./abr.

CVM – Deliberação CVM nº 644/10 – Disponível em: http://www.cvm.gov.br/port/infos/Comunicado%20CPCs%2004_06_07_37.asp Acesso em 24 de maio de 2011.

_____. Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 04 – Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli553%20%20sum%C3%A1rio%20\(CPC04\).Pdf](http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli553%20%20sum%C3%A1rio%20(CPC04).Pdf) . Acesso em 24 de maio de 2011.

DEDMAN, E. et al. **Accounting, Intangible Assets, Stock Market Activity, and Measurement and Disclosure Policy** – Views From the UK. **Abacus**, v. 45, n. 3, p. 312-341, 2009.

D'ALAURO, Gabriele. The impact of IAS 36 on goodwill disclosure: evidence of the write-offs and performance effects. **Intangible Capital**, v. 9, n. 3, p. 754-799, 2013.

EBRAHIM, Ahmed. **Accounting for green house gas emission schemes: accounting theoretical framework perspective**. Business Studies Journal, v. 5, n. 1, 2013.

Figueiredo. J. C. B. (2013). **O papel da inovação aberta na internacionalização de empresas em rede: o caso Brasil Foods**. *Revista de Administração e Inovação*, 10(4), 63-84.

FIPECAFI, coordenador; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 9ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIPECAFI, coordenador; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FUERTES, A. T.; GARCÍA, L. C. Análisis de los factores determinantes de la transparencia en RSC en las empresas españolas cotizadas. **Intangible Capital**, v. 9, n. 1, p. 225-261, 2013.

GERPOTT, T. J.; THOMAS, S. E.; HOFFMANN, A. P. Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. **Journal of intellectual capital**, v. 9, n. 1, p. 37-61, 2008.

GIL, A. C. 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

GUHA, A. **Assessment of Intangible Assets vis-à-vis Companies Capital**.Rajiv Gandhi School of Intellectual Property Law, 2013.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**.São Paulo: Atlas, 1999.

Hoog, W. A. Z. (2013). *Ativo intangível: O que mudou?* Recuperado em 22 de setembro, 2016, de http://www.zappahoog.com.br/view_artigos.asp?id=44.

IASC – International Accounting Standards Committee. *International Accounting Standards IAS 38 – Intangible Assets*. Emitido em julho de 1998

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, E. M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil: uma abordagem da Teoria da Divulgação**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Lei 11941/09 | Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/231719/lei-11941-09> , acessado em 25/09/2016.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade&Finanças**, v. 20, n. 50, p. 46-61, 2009a.

_____, C. B. Voluntary disclosure of intangible resources and stock profitability. **Intangible Capital**, v. 5, n. 1, p. 1-32, 2009b.

MANTOVANI, Erick Fernandes Vieira; SANTOS, Fernando de Almeida, **A contabilização do ativo intangível nas 522 empresas listadas na bm&fbovespa**, Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 11, n.3, p.311-328, jul./set . 2014

MARTINS, E. (Org). **Avaliação de empresas: Da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____, **Contribuição à avaliação do Ativo Intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MOURA, Geovanne Dias de et al. Relação entre ativos intangíveis e governança corporativa. *Revista Contabilidade e Controladoria - RC&C*, Curitiba, v. 5, n. 1, p.120-138, jan./abr. 2013.

NOGUEIRA, Maryane Barbosa; CUNHA, Moisés Ferreira da. (2015) **UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA POR SETOR NO BRASIL**. Disponível em : <http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/mfc189.pdf> , acesso em **01/09/2016**.

Oda, O. N. (2013). *O valor da marca: a importância da avaliação do intangível*. Recuperado em 24 de setembro, 2013, de <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/o-valor-da-marca-a-importancia-da-avaliacao-do-intangivel/72720/>.

PEROBELLI, F. F. C.; LOPES, B. de S.; SILVEIRA, A. Di M. da. Planos de opções de compra de ações e o valor das companhias brasileiras. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 10, n. 1, 2012

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial**. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, n. 40, p. 7–24, jan./abr. 2006.

SILVA, M. L. R.; RODRIGUES, A. M. G.; MUÑOZ D., M. I P. **Disclosure of intangible assets: an empirical study of financial corporations in the Iberian Peninsula**. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo:Atlas, 1999.

RITTA, C.O.; ENSSLIN, S.R. ; RONCHI, S. H. **A evidência dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à bolsa de valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007**. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Campo Largo*, v. 9, n. 1, p. 62-75, maio 2010.

Rojo, C. A., Sousa, A. F., & Trento, F. (2012). **O reflexo dos ativos intangíveis no valor de mercado de Small Caps da construção civil que compõem o índice SMLL da BM&FBovespa**. *CAP Accounting and Management*, 6(6), 155-168.

Rojo, C. A., Sousa, A. F., & Trento, F. (2012). **O reflexo dos ativos intangíveis no valor de mercado de Small Caps da construção civil que compõem o índice SMLL da BM&FBovespa**. *CAP Accounting and Management*, 6(6), 155-168.

RONCHI, Carlos Cesar. **Sentido do Trabalho Saúde e Qualidade de Vida**. Curitiba: Juruá, 2010.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas**. 10. ed. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **Nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. 3. ed. Tradução Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THEÓPHILO, Carlos Renato; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Uma análise crítico -Epistemológica da produção científica em Contabilidade no Brasil. *UnB Contábil*, v. 8, p. 147-175, 2006.

VERGAUWEN, P.; BOLLEN, L.; OIRBANS, E. Intellectual capital disclosure and intangible value drivers: an empirical study. **Management Decision**, v. 45, n. 7, p. 1163-1180, 2007.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; KLANN, Nilton; KLOEPPEL, Roberto Carlos. **Ativos Intangíveis: Reconhecimento em Empresas de Utilidade Pública Listadas na BM&FBovespa**. *Revista de Estudos Contábeis*. v. 4, n.7,2013.